

PÓLO E PERIFERIA: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA¹

CAETANO CARLOS BONCHRISTIANI²

SÉRGIO LUIZ KUHN³

JANDIR FERRERA DE LIMA⁴

Resumo: Este artigo analisa a proposição de Milton Santos que a periferia econômica está inserida dentro do pólo, ou seja, a periferia está no pólo. Essa análise demonstra a importância da noção de pólo, ligada à noção de dependência, refletindo a concentração das atividades produtivas no espaço polarizado por uma cidade ou lugar central. Por isso, foi analisada a relação entre pólo e periferia no aspecto geo-econômico, as relações entre o espaço econômico e o geográfico, demonstrando que a periferia não está no pólo. Para a comprovação desta análise foi utilizada a região metropolitana polarizada de Curitiba, no Estado do Paraná.

Palavras-chave:: Pólo, Economia espacial, Economia urbana.

POLAR REGION AND PERIPHERY: THE CASE OF THE CURITIBA METROPOLITAN REGION IN PARANÁ STATE - BRAZIL

Abstract: *This paper analyzes the proposal of Milton Santos that the economic periphery is inserted inside of the polar region, or either, the periphery is in the polar region. This analysis demonstrates to the importance of the polar region notion, on to the dependence notion, reflecting the concentration of the productive activities in the polarized space for a city or central place. Therefore, it was analyzed the relation between polar region and periphery in the geo-economic aspect, the relations between the economic space and the geographic one, demonstrating that the periphery is not in the polar region. For the evidence of this analysis the region was used Curitiba Metropolitan Region in the Paraná State (Brazil).*

Key-words: *Polar region, space economy, urban economy.*

JEL: 018 – R11

Recebido em 21/09/06. Liberado para publicação em 28/08/2007.

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no 2º Seminário de Políticas Sociais em 15/outubro/2005 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Cascavel, na cidade de Cascavel (Pr).

² UNIGUAÇU – São Miguel do Iguaçu, PR. E_mail: caetano@faesi.com.br

³ FAG – Cascavel, PR. E_mail: sergiolk@fag.edu.br

⁴. Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus de Toledo e da UNIOESTE. Pesquisador do GEPEC-UNIOESTE. E-mail: jandir@unioeste.br.

Introdução

Este artigo analisa a idéia apresentada por Milton Santos (2003: 75-124), de que a noção de periferia socioeconômica está inserida dentro do pólo, ou seja, a periferia está no pólo. Nessa concepção Santos (2003) afirma que é importante estudar a evolução do sistema urbano e do espaço geográfico em que ele está inserido. Assim, seria possível verificar que ocorre uma série de “deslizamentos da periferia para o centro, o qual retém os fatores principais de produção: mão-de-obra, capital, capacidade empresaria, divisas, matérias-primas...” Esses deslizamentos conduziriam ao empobrecimento da população do centro e na formação de atividades de cunho inferior na cidade ou centro polarizador. O autor utiliza o caso da cidade de Lima, capital do Peru, para ilustrar sua concepção. Diferente do caso apresentado por Santos (2003) o Brasil possui várias particularidades no tocante ao crescimento econômico do espaço urbano. Dentre essas particularidades está o caso da Mesorregião Metropolitana de Curitiba (RMC). A partir da análise de dois indicadores: a distribuição geográfica do Produto Interno Bruto (PIB) e da população, será possível contra-argumentar a idéia de Santos (2003), pois no caso estudado o pólo tende a fragmentar o seu entorno, mantendo as relações de interdependência que os marcam. Assim, neste artigo é analisada a relação entre pólo e periferia no aspecto geo-econômico, ou seja, a partir das relações estreitas entre o espaço econômico e o geográfico.

Para Ferrera de Lima (2003), o pólo está ligado à noção de dependência e reflete a concentração das atividades produtivas. A concentração e a dominação oriunda da dependência demonstram a existência de um centro e de uma periferia. A periferia é composta de vários espaços que gravitam no campo de influência econômica e política do pólo ou centro. Nesse sentido, as áreas metropolitanas constituem exemplo muito claro do conceito de região polarizada. Segundo Clemente e Higachi (2002) essas áreas são tipicamente constituídas por um grande pólo urbano, que concentra atividades industriais, comerciais e de serviços, em torno do qual gravitam centros menores, cuja população auferir renda e realiza despesas, quase exclusivamente no grande centro. Por isso, esses centros menores são frequentemente denominadas cidades-satélites ou cidades dormitórios. Nesse cenário, a institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras, constituídas por municípios integrantes da mesma unidade socioeconômica, em especial a região metropolitana polarizada de Curitiba, será objeto de análise desse artigo, utilizando-se de indicadores populacionais e econômicos para estabelecer a relação entre o pólo (cidade de Curitiba) e sua periferia. O interesse especial sobre esta região é em função da dinâmica do perfil do sistema produtivo diversificado, impulsionado a partir dos anos 1990, pelos setores metal mecânico, transporte, comunicações, serviços e outros.

Foram também utilizadas bibliografias e artigos de autores relacionados ao tema, bem como, de artigos específicos de órgãos oficiais especializados (IBGE, IPARDES). Através das informações obtidas foram identificados os principais tópicos relevantes para o desenvolvimento dessa análise, principalmente os conceitos de pólo, periferia, espaços econômicos, região metropolitana e também dados de população e Produto Interno Bruto (PIB).

1. O conceito de pólo

A divisão do espaço geográfico em estados, municípios, cidades, regiões, mesorregiões, microrregiões, lugares centrais, pólo e periferia, espaço econômico, metrópoles, dentre outros, são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas de desenvolvimento econômico, pois possibilitam o estudo e o direcionamento de ações em escalas diferenciadas e sob diversos aspectos: econômico, político, administrativo, social. Especificamente, nossa análise abrange o aspecto geo-econômico, caracterizado pela conceituação de pólo e periferia.

Neste contexto, para Ferrera de Lima (2003), a noção de espaço tem um lugar importante na economia moderna. Ele é um elemento ativo na dinâmica do sistema produtivo, tem sua origem na atividade humana e constitui-se de relações econômicas, tais como: produção, consumo, tributação, investimento, exportação, importação e migração. Por outro lado, Perroux (1977, 1982) define espaço econômico como espaço polarizado, um campo de forças ou de relações funcionais. No pólo existe uma indústria-chave, quase sempre ligada ao fornecimento de insumos básicos, que exerce influência sobre as outras, a ponto de proporcionar aumento na produção dessas, e servir de alicerce para criação de um complexo industrial. Esse complexo industrial cria relações de fluxos do centro com a região e reflexos da região com o centro.

Ferrera de Lima (2003) chama a atenção que se deve distinguir dois tipos de pólos: Crescimento e desenvolvimento. O pólo de crescimento é ativo, pois produz a expansão industrial, mantendo o ritmo crescente das atividades, em contraste ao pólo de desenvolvimento, que apenas produziria a expansão da indústria mediante condições especiais. Dessa forma, os pólos exercem um efeito de dominação sobre os outros espaços. Essa dominação se dá através da ação de uma unidade motriz. A unidade motriz pode ser uma unidade simples ou complexa, composta por empresas ou indústrias, ou uma combinação delas, que exerce um efeito de atração sobre as demais unidades a ela relacionadas.

O pólo de crescimento é sempre um ponto ou uma área que influencia uma determinada região. Para que esta influência realmente seja exercida, o pólo precisa de canais que estabeleçam sua ligação com toda a região por ele influenciada. As

estradas, os meios de transporte e comunicação desempenham esta função, possibilitando o crescimento dos pólos principais pela formação do que Perroux (1982) chama de nós de tráfego e zonas de desenvolvimento. Por outro lado, os pólos de desenvolvimento conduzem a modificações estruturais e que abrangem toda a população da região polarizada. Ele não existe como unidade isolada, mas, sim, como unidade ligada à sua região pelos canais por onde se propagam os preços, os fluxos e as antecipações de demanda.

A existência ou criação de pólos de crescimento não está baseada em fatores geográficos e físicos, mas, sim, em elementos abstratos como indústrias motrizes, pólos de indústrias e de atividades aglomeradas. Essas atividades aglomeradas têm relação direta com a concentração das atividades econômicas. Existe, assim, a necessidade de se distinguir espaço geo-econômico de espaço econômico. O espaço geo-econômico refere-se às relações e a distribuição das atividades econômicas no espaço geográfico, enquanto que o espaço econômico, conforme definido na introdução, possui uma série de relações econômicas cujas propriedades são independentes de qualquer sistema de coordenadas.

Na abordagem de Perroux, (1977 e 1982), o espaço econômico pode ser classificado em:

- a) Espaço como conjunto homogêneo – compartilham alguns traços característicos que se tornam o princípio do seu agrupamento;
- b) Espaço econômico como um campo de forças de atração (centrípetas) e repulsão (centrífugas), ou seja, espaço polarizado, que surge com as concentrações de população e produção. Está vinculado à noção de dependência a um centro; e
- c) Espaço econômico como conteúdo de um plano – espaço de planejamento, de estudo e previsão.

Boudeville (1972), na linha de análise de Perroux, propôs uma similar caracterização das regiões:

- a) Região homogênea - corresponde ao espaço contínuo em que cada uma das partes, que o constituem apresenta características que aproximam umas das outras;
- b) Região polarizada - de acordo com o critério de polaridade, as regiões são definidas como áreas de influências polarizadas por uma capital ou lugar central.
- c) Região de planejamento – são submetidos ao processo de tomada de decisão (planejamento), relacionadas ao aspecto político-administrativo.

A partir da concepção de Boudeville (1972), uma região polarizada é uma área na qual as relações econômicas internas são mais intensas que as mantidas com as regiões exteriores a ela. Ao conceito de polarização fica inerente o de dependência

e, conseqüentemente, uma perspectiva de hierarquização. Por isso, para Lopes (2002), o espaço polarizado forma um conjunto de unidades que mantém com um centro de ordem superior, mas mantém trocas e ligações com outros pólos da mesma ordem. De acordo com o critério de polaridade, ou da “nodalidade”, as regiões são definidas como áreas de influência polarizada, por uma capital ou lugar central. Essas áreas de influência podem ser entendidas como as áreas de mercado dos serviços públicos e privados, que existem na capital ou lugar central.

Ferrera de Lima (2003) sintetiza as análises de Boudeville (1972) e Perroux (1982) ao afirmar que o espaço polarizado corresponde a um campo de forças ou de relações funcionais. Entre os espaços homogêneos (interdependentes), que consistem em centros (pólos ou nós) emanam forças centrípetas (de atração) e centrífugas (de repulsão). Assim, o espaço ou região polarizada é o lugar onde há o intercâmbio de bens e serviços, associado à intensidade das interações de ordem econômica.

Conforme Andrade (1987) o desenvolvimento de um conjunto de territórios só é obtida pela propagação dos efeitos dos pólos de desenvolvimento. Esta propagação feita por um corredor, ou seja, o caminho que liga dois pólos, dá origem ao que Perroux (1982) chama de “eixo de desenvolvimento”. Nesse eixo há um conjunto de atividades complexas. Essas atividades indicam orientações de desenvolvimento territorial e dependem, sobretudo, da capacidade de investimento. Assim, os eixos pressupõem a presença de outros bens complementares, como energia, crédito. Os nós de tráfego surgem nos pontos em que se cruzam dois eixos de desenvolvimento e as zonas de desenvolvimento são o resultado da concentração geográfica dos eixos e seus efeitos de encadeamento produtivo.

A idéia de nós, corredores e eixos de desenvolvimento é um aporte teórico na compreensão da organização do espaço. Outra contribuição clássica nesse sentido é o princípio da centralidade. O princípio da centralidade, conforme Silva (2004), é entendido tanto no sentido geográfico (o lugar é o centro geográfico de um espaço), como pelo seu conteúdo de centralização ou agrupamento da produção em um lugar no espaço, o que justifica. Para Polèse (1998) a centralidade indica que as transações econômicas inter-regionais geram um lugar central. Quanto mais populosa e, conseqüentemente, dinâmica for uma determinada cidade, maior tende a ser seu potencial de centralidade de atividades em uma determinada região.

Para Clemente e Higachi (2002), os lugares (núcleos urbanos) são vistos como fornecedores de bens e serviços, tanto para si mesmos, como para lugares de menor centralidade, onde cada produto apresenta certo domínio espacial, representado por sua área de mercado. Produtos com elevada centralidade são disponíveis apenas em alguns lugares e são buscados a longas distâncias (econômicas). Outros produtos de menor centralidade são encontrados em número maior de lugares e são buscados a distâncias menores. Conseqüentemente, há uma

relação direta entre centralidade e o tamanho do mercado: quanto maior a centralidade de certo produto, maior será a sua área de mercado.

Segundo Richardson (1981), a compreensão do desenvolvimento regional sustenta-se na definição da teoria do lugar central. Nela, o surgimento de lugares centrais está relacionado diretamente com serviços de natureza urbana. Além disso, a teoria não só analisa os efeitos do desenvolvimento de tais serviços urbanos no caso uma cidade, como também a distribuição espacial dos centros urbanos na economia regional e nacional. Neste caso, o nível demandado de serviços dentro de uma área estabelecida é que dita o crescimento dos lugares centrais e o impacto regional deste crescimento. Este impacto está relacionado diretamente com a distância.

2. Pólo e Periferia: O caso da Região Metropolitana de Curitiba

Observou-se, num estudo de Veroneze e Ferrera de Lima (2003) que quanto mais populosa e, conseqüentemente, dinâmica for uma determinada cidade, maior tende a ser seu potencial de centralidade de atividades em uma determinada região. No caso da Mesorregião Metropolitana de Curitiba (RMC), associada ao seu dinamismo econômico, observou-se um crescente processo de urbanização. Deve-se ressaltar que a RMC é um território formalmente constituído e o município de Curitiba destaca-se com a principal centralidade dessa mesorregião. Para a análise da RMC utilizou-se a composição dos municípios de instituição original e os municípios desmembrados, os quais se localizam próximos ao pólo, desconsiderando-se os municípios que foram inseridos pelas legislações estaduais e que estão mais distantes. A Tabela 1 apresenta esses municípios em ordem decrescente de população.

Em 1991, a população da RMC era de 2.187.423 habitantes, passando para 2.949.002 habitantes em 2000. Destes, 53% da população concentra-se na cidade pólo de Curitiba, comprovando que Curitiba é o maior pólo populacional e industrial da Região e do Estado do Paraná (IBGE, 2001). A população urbana na cidade pólo de Curitiba, através de sua concentração populacional, cria relações de fluxos de pessoas e serviços, do centro com a região e refluxos da região com o centro. Este contingente populacional possibilita atender às necessidades do pólo e da periferia, pela geração de emprego, renda, produção, consumo e investimento. Portanto, apresenta forças de atração (centrípetas) e dispersão (centrífugas), através da dinâmica do sistema produtivo.

Como se observou na discussão sobre a concepção de pólos, a sua origem dos pólos está ligada ao surgimento de indústrias motrizes que criam necessidades em torno de seu processo de fabricação, dentre os quais a obtenção de matéria-prima, a contratação do trabalho humano. Assim, fica evidente a importância da população

em toda a região polarizada. Porém, esta população concentra-se em maior densidade no pólo e em menor densidade em sua periferia, ressaltando-se a importância fundamental da atividade humana na ocupação do espaço econômico, gerando pólos de crescimento. Através da Tabela 1, identifica-se a maior concentração populacional no pólo cidade de Curitiba, representando 53%, em 2000, da população da Região Metropolitana de Curitiba, comprovando existir expressiva densidade populacional no pólo.

A partir da Tabela 1 é possível classificar os municípios. Curitiba é a cidade pólo, de 1º ordem. Os municípios de Araucária, Campo Largo, São José dos Pinhais, Pinhais, Fazenda Rio Grande, Piraquara e Colombo são de segunda ordem. Os restantes classificam-se como de 3º ordem. Essa classificação é utilizada também pelo governo estadual. No mapa 1 é apresentada a distribuição espacial dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba, definidos a partir da divisão pólo (Curitiba) e periferia.

O Mapa 1 mostra o aglomerado metropolitano a partir da mancha de ocupação contínua, onde se realizam os fluxos de população, mercadorias e serviços mais intensos e se verificam as maiores densidades de população e atividades no interior da aglomeração metropolitana, correspondendo, no caso da RMC, aos municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais. A aglomeração metropolitana compõe-se por outros municípios que, mesmo fora da mancha contínua de ocupação, manifestam relativa integração com ela: Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Mandirituba (IPARDES, 2004).

A Tabela 1 demonstra também a maior concentração populacional no pólo e em menor densidade em sua periferia mais próxima, justificando assim, que a periferia não está inserida no pólo, levando-se em consideração a região geográfica apresentada. Outro aspecto relevante é o crescimento da taxa média geométrica anual da população nos municípios periféricos, percentualmente superior ao do pólo da cidade de Curitiba, o que demonstra que a médio e longo prazo, a periferia será gradualmente maior em densidade populacional, tornando assim as regiões periféricas mais homogêneas. Assim, fica evidente a importância da população em toda a região polarizada. Porém, esta população concentra-se na Região Metropolitana de Curitiba, em maior densidade no pólo da cidade de Curitiba e em menor densidade em sua periferia (municípios), ressaltando-se a importância fundamental da atividade humana na ocupação do espaço econômico, gerando pólos de crescimento. Mais uma vez comprova-se que a periferia está no entorno do pólo, ou seja, geograficamente a periferia da Mesorregião Metropolitana de Curitiba não

está no pólo. Ambos são espaços diferenciados, mas com relações inter e intra-regionais de produção.

Tabela 1. População dos municípios da mesorregião metropolitana de Curitiba.

Municípios	População	
	1991	2000
Pólo: Curitiba	1.315.035	1.587.315
São José dos Pinhais	127.455	204.316
Colombo	117.767	183.329
Pinhais (2)	0	102.985
Araucária	61.889	94.258
Campo Largo	72.523	92.782
Almirante Tamandaré	66.159	88.277
Piraquara	106.882	72.886
Fazenda Rio Grande (1)	0	62.877
Lapa	40.15	41.838
Campina Grande do Sul	19.343	34.566
Rio Branco do Sul	38.296	29.341
Campo Magro (2)	0	20.409
Itaperuçu (1)	0	19.344
Mandirituba	38.336	17.54
Cerro Azul	21.073	16.352
Quatro Barras	10.007	16.161
Quitandinha	14.418	15.272
Contenda	8.941	13.241
Tijucas do Sul	10.224	12.26
Balsa Nova	7.515	10.153
Bocaiúva do Sul	10.657	9.05
Agudos do Sul	6.076	7.221
Adrianópolis	8.935	7.007
Doutor Ulisses (1)	0	6.003
Tunas do Paraná (1)	0	3.611
Total Regional	2.101.681	2.768.394

FONTE: IBGE, IPARDES, 2004.

Obs: Os municípios com "0" de população foram desmembrados depois de 1.991, ou seja, em 1993 (1) e ou em 1997(2).

Curitiba exerce seu efeito de dominação sobre os outros espaços no seu entorno. Essa dominação não se dá apenas pela ação de uma unidade motriz, mas de uma combinação delas, que exercem um efeito de atração sobre as demais unidades. Esse conjunto de empresas motrizes é da área metal-mecânica. Assim, o resultado prático dessa expansão reflete-se no crescimento do PIB, aumentando a importância relativa do pólo. Isso pode ser visualizado na Tabela 2, a partir do crescimento do PIB.

Quadro 1 - Taxas médias geométricas de crescimento anua da população, 1991 a (em % ao ano)

2,8	1,4 a < 2,8	0 e < 1,4	< 0
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	PÓLO: CURITIBA	RIO BRANCO DO SUL	ADRIANÓPOLIS
FAZENDA RIO GRANDE	BOCAIUVA DO SUL	CERRO AZUL	
MANDIRITUBA	DOUTOR ULYSSES	LAPA	
ARAUCARIA	TUNAS DO PARANÁ	QUITANDINHA	
CONTENDA	CAMPINA GRANDE DO		
BALSA NOVA	TIJUCAS DO SUL		
CAMPO LARGO	AGUDOS DO SUL		
CAMPO MAGRO			
ALIMIRANTE TAMANDARE			
ITAPERUÇU			
COLOMBO			
PINHAIS			
QUATRO BARRAS			
PIRAQUARA			

Fonte: IPARDES, 2004.

Comparando-se o Quadro 1 e a Tabela 2 nota-se que a taxa de crescimento da população em Curitiba não afetou seu desempenho produtivo. O PIB de Curitiba continua significativo em relação às cidades no seu entorno. A Tabela 2 demonstra que o PIB da cidade pólo de Curitiba correspondia a 59% do total da mesorregião em 1999. Em 2002 esse valor chegava a 50%. O PIB geral cresceu nos quatro anos em 31% e, proporcionalmente, os municípios de Araucária e São José dos Pinhais foram os que mais ganharam, em torno de 70%. Assim, a periferia vem se beneficiando da desconcentração populacional. Neste caso, a força centrípeta do pólo de Curitiba estimula o crescimento do seu PIB em relação ao potencial de crescimento econômico dos municípios à sua volta.

**Tabela 2 . PIB dos municípios da mesorregião de Curitiba
(em R\$ de 2002)**

MUNICÍPIOS	1999	2000	2001	2002
CURITIBA	12.419.011.252	12.978.341.735	13.672.693.924	14.002.816.995
ARAUCÁRIA	2.674.557.429	3.435.594.387	4.009.077.428	4.607.689.107
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	2.750.661.531	3.764.687.742	4.680.276.853	4.588.295.511
PINHAIS	661.245.222	716.815.579	828.613.631	954.678.963
COLOMBO	650.998.192	689.706.397	755.515.449	814.449.295
CAMPO LARGO	619.572.995	687.870.306	727.936.729	732.585.035
ALMIRANTE TAMANDARÉ	257.057.232	274.381.258	327.710.037	417.332.680
LAPA	239.094.157	283.601.826	324.651.216	348.221.327
RIO BRANCO DO SUL	213.705.223	253.744.305	290.841.476	328.931.299
PIRAQUARA	184.277.389	184.215.481	207.693.248	250.254.651
QUATRO BARRAS	148.099.308	170.047.534	215.780.449	234.661.439
FAZENDA RIO GRANDE	152.573.003	157.928.981	193.929.038	229.946.388
CAMPINA GRANDE DO SUL	145.407.096	157.764.258	175.642.351	182.525.865
MANDIRITUBA	118.569.802	129.041.768	164.396.819	173.116.859
BALSA NOVA	108.454.913	139.822.007	147.371.100	153.871.182
QUITANDINHA	38.074.258	42.603.445	73.094.244	94.149.121
CAMPO MAGRO	87.229.882	74.967.907	73.593.773	88.617.548
TIJUCAS DO SUL	35.532.141	30.922.785	34.043.686	77.437.259
CERRO AZUL	83.957.272	114.393.415	73.070.613	75.800.535
CONTENDA	43.605.463	47.546.154	58.530.924	71.617.863
ITAPERUÇU	55.963.997	64.049.771	65.060.243	63.794.400
BOCAIÚVA DO SUL	29.687.653	32.276.068	33.099.892	39.346.427
AGUDOS DO SUL	18.975.083	22.345.835	25.289.951	36.591.259
DOCTOR ULYSSES	37.915.554	40.025.313	29.289.366	33.150.514
ADRIANÓPOLIS	20.201.960	22.834.568	23.992.528	26.610.605
TUNAS DO PARANÁ	7.738.507	8.759.520	10.005.574	12.231.374
TOTAL DO PIB	21.802.166.514	24.524.288.345	27.221.200.542	28.638.7236.501

FONTE: IBGE, IPARDES.

Considerações finais

Levando-se em consideração todos os aspectos analisados anteriormente, conclui-se que, no caso da Mesorregião Metropolitana de Curitiba, a periferia não está no pólo. Essa constatação foi reforçada a partir da distribuição populacional, do PIB e das taxas médias geométricas de crescimento anual da população. Nesse sentido, nota-se uma relação entre pólo e periferia no aspecto geo-econômico, em que a periferia está geograficamente localizada fora do pólo. Assim, diferente da concepção de Santos (2003), no caso da RMC a periferia “desliza” para fora da área político-administrativa do pólo e não o inverso.

Além disso, é possível traçar novas tendências de descentralização da região Metropolitana de Curitiba RMC, quais sejam:

1) A partir de 1990 uma nova fase de desenvolvimento da indústria automobilística ocorre no Paraná, com transformações na base produtiva estadual, que se intensificaram com a instalação de indústrias fora da CIC – Cidade Industrial de Curitiba, ou seja, em outros municípios no entorno do pólo, favorecendo o processo de desconcentração e metropolização no interior da RMC, dando origem, assim, às ilhas de produtividade, com a emergência de pequenas cidades inseridas em regiões metropolitanas, bem como também a re-divisão do Estado em duas áreas, como destacou Rolim (1995), ao caracterizar a configuração espacial do Estado em Paraná Urbano e Paraná *Agrobusiness*.

2) A nova lógica da distribuição espacial dos estabelecimentos / plantas industriais no aglomerado metropolitano centrado na Cidade Industrial de Curitiba foi através das ações governamentais e na tentativa de descentralizar a indústria, na promoção de sua localização para os outros municípios que compõem a RMC, bem como, para o interior do Estado, evitando a macrocefalia do pólo, criando, por sua vez, metrópoles menores, focadas em cidades de porte médio e ou pequeno.

3) O pólo desenvolvido funciona como variável independente e o subdesenvolvido como o variável dependente. A exemplo da locomotiva e o vagão. É grande o impacto do centro / pólo sobre a periferia, com conexões vastas, densas e muito importantes para o funcionamento de um e do outro, que operam relações que impulsionam poderosamente a reprodução da bipolaridade, através do qual é possível compreender o curso que segue a economia dos países centrais para entender o que vai acontecer nas periferias.

4) As decisões de investimentos das montadoras no aglomerado metropolitano de Curitiba estão calcadas nos fatores de: a) os determinantes locais oferecidos pela cidade-região de Curitiba; b) uma política fiscal agressiva do governo estadual baseada em grandes benefícios; c) a estandardização da produção de veículos; d) a necessidade, por parte das indústrias *high-tech*, de estar presentes em diversos núcleos dinâmicos no intuito de absorver de forma mais eficiente os novos processos.

5) As cidades pólos não só são formados pelo setor moderno, os circuitos superiores. Dentro dele está também o circuito inferior e que se acentua muito mais na periferia. As políticas públicas devem harmonizar o crescimento e desenvolvimento com uma localização distribuída das plantas e das riquezas, do processo de produção e dos serviços, ao longo do Estado, reduzindo as desigualdades e buscando um equilíbrio maior na relação pólo e periferia.

6) Na dinâmica da organização metropolitana ou das cidades, o par pólo e periferia caracteriza um movimento de expulsão e atração da grande massa da

população para a periferia; de segregação e diferenciação no espaço, como causas econômicas, políticas e culturais e que tem na periferia o espaço de reprodução precária da força de trabalho, portanto do espaço de carência, representando, na dinâmica do crescimento como projeção ao nível de espaço, o modelo de representação da hierarquia social vigente em Curitiba e na sociedade brasileira (pólo / centro e periferia).

Dessa forma, observa-se, nestas tendências, em termos gerais, que as regiões se tornarão mais homogêneas e auto-suficientes, considerando-se variáveis como: renda, preço, produção, etc., com o objetivo de estabelecer um conjunto de regiões que apresentem a menor variabilidade interna possível e a máxima variabilidade entre regiões.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Correia. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. São Paulo: Atlas, 1987.
- BOUDEVILLE, J.R. **Aménagement du territoire et polarisation**. Paris: M. Th, Génin, 1972.
- CLEMENTE, Ademar; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE – **Censo demográfico 1991, 2000**. Rio de Janeiro, 2001.
- IPARDES, **Leituras regionais**: mesorregião geográfica metropolitana de Curitiba. Curitiba: IPARDES, 2004.
- FERRERA DE LIMA, Jandir. A concepção do espaço econômico polarizado. **Interações**: revista internacional de desenvolvimento local, Campo Grande, v. 4, n. 7 p. 7 – 13, set. 2003.
- LOPES, Antonio Simões. O espaço econômico. In: COSTA, José Silva (coord.). **Compêndio de economia regional**. Coimbra: APDR, 2002.
- PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCWHATZMANN, J. (Org.) **Economia regional e urbana**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p.145-156.
- PERROUX, François. *Dialogue des monopoles et des nations : équilibre ou dynamique des unités actives?* Grenoble : Presses universitaires de Grenoble, 1982.
- POLÈSE, Mario. **Economia urbana y regional**: introducción, e la relación entre território y desarrollo. Cartago: LUR/BUAP/GM, 1998.

- RICHARDSON, Harry W. **Economia regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ROLIM, Cássio. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, p. 31-55, set/dez, Curitiba, 1995.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2003.
- SILVA, Jorge Antônio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento**: uma análise urbano–regional, baseado em cluster. 2004, 3 v. Tese de Doutorado em Comunicação e Artes – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- VERONESE, Marcelo e FERRERA DE LIMA, Jandir. Notas sobre a polarização no Paraná: uma reflexão a partir da aplicação do modelo de Realy. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, vol.8, n° 2, maio-agosto 2003.